
O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA NO PERÍODO DE 2008 A 2018

THE SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE IN THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCES ROOMS: A LITERATURE REVIEW FOR THE PERIOD 2008 TO 2018

*Mery Josiane Barbosa Silveira¹, Leonice Vieira de Jesus Paixão²,
Jeisabelly Adrienne Lima Teixeira³, Nebson Escolástico da Paixão⁴,
Cleiciane Faria Soares⁵, Kênia Luiza Ferreira Rocha⁶*

RESUMO: O presente artigo aborda sobre o atendimento educacional especializado realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais a partir de alguns estudos. Tendo como objetivo geral identificar o processo de implantação e o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) mediante os estudos realizados e como objetivos específicos buscar nas referências como ocorreu este processo de implantação e de funcionamento; analisar o que os autores pesquisados apontam como desafios para este funcionamento e ainda avaliar as ações propostas pelos autores pesquisados. A pesquisa realizada norteou-se na seguinte questão investigativa: Será que as salas de recursos multifuncionais nos estudos realizados estão atendendo os alunos com deficiência nas suas várias dimensões? E ainda será que os professores da Sala de Recursos Multifuncionais possuem a formação necessária para realizar este atendimento? Para subsidiar a pesquisa foram selecionadas produções científicas que pudessem responder as questões norteadoras dessa pesquisa e possibilitar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, pesquisas publicadas no recorte temporal de 2008 a 2018, sendo analisados trabalhos publicados no banco dados tese da CAPES e da Siello dos seguintes autores Silva (2009); Barreto (2008); Alves (2006), Oliveira (2008), Mendes (2012), Chiesa (2009), Oliveira (2008), Barreto (2009), Luna (2015). A pesquisa realizada foi de cunho bibliográfico, com abordagem qualitativa e de caráter exploratório, tendo em vista que estes aspectos metodológicos permitem uma análise descritiva e reflexiva da situação-problema observada. De forma geral, as pesquisas analisadas foram realizadas em mais de uma sala de recurso de mais de uma escola, sem, no entanto, abrangerem a totalidade das redes de ensino. A maioria das salas encontrava-se localizadas dentro de escolas regulares, sendo atendidos alunos da própria escola e das escolas do entorno, sendo este atendimento realizado no contraturno do aluno, vale destacar que uma pesquisa apontou o atendimento de alunos da EJA. Com relação a formação dos professores, todas as pesquisas apontam por uma formação de acordo com a política do AEE, existindo uma preocupação com a formação continuada destes profissionais.

Palavras chave: Sala de recurso multifuncional, funcionamento, ensino e aprendizagem.

¹ Instituto Superior de Educação Verde Norte – FAVENORTE. merijosiane@yahoo.com.br

² Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. leonicepibid2011@gmail.com

³ Instituto Superior de Educação Verde Norte – FAVENORTE. jeisabellyadrienne@gmail.com

⁴ Instituto Superior de Educação Verde Norte – FAVENORTE. nebsonescolastico@hotmail.com

⁵ Instituto Superior de Educação Verde Norte – FAVENORTE. cleicianeprof@gmail.com

⁶ Instituto Superior de Educação Verde Norte – FAVENORTE. kenialui@hotmail.com

ABSTRACT: The present article deals with the specialized educational service performed in the Multifunctional Resource Rooms from some studies. With the general objective of identifying the process of implementation and operation of the Multifunctional Resources Rooms (SRM) through the studies carried out and as specific objectives to search in the references how this process of implantation and operation occurred; analyze what the authors surveyed point out as challenges for this operation and also evaluate the actions proposed by the researched authors. The research conducted was based on the following research question: Are the multifunctional resource rooms in the studies carried out are assisting students with disabilities in their various dimensions? And will it still be that the teachers of the Multifunctional Resource Room have the necessary training to perform this service? In order to subsidize the research, scientific productions were selected that could answer the guiding questions of this research and enable the fulfillment of the established objectives, published researches in the temporal cut from 2008 to 2018, being analyzed works published in the thesis database of CAPES and Siello of the following authors Silva (2009); Barreto (2008); Alves (2006), Oliveira (2008), Mendes (2012), Chiesa (2009), Oliveira (2008), Barreto (2009), Luna (2015). The research was a bibliographical one, with a qualitative and exploratory approach, considering that these methodological aspects allow a descriptive and reflective analysis of the problem situation observed. In general, the research analyzed was carried out in more than one resource room of more than one school, without, however, covering all the educational networks. Most of the classrooms were located inside regular schools, being attended by students of the school itself and the surrounding schools, and this service was carried out in the student counterpart, it is worth noting that a survey pointed to the attendance of EJA students. Regarding teacher training, all researches point to training according to ESA policy, and there is a concern with the continuing education of these professionals.

Key words: Multifunctional resource room, functioning, teaching and learning.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo compreender o processo de implantação e o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no período de 2008 a 2018 e como objetivos específicos buscar nas referências como ocorreu este processo de implantação e de funcionamento das salas de recursos multifuncionais; analisar o que os autores pesquisados apontam como desafios para o funcionamento das salas de recursos multifuncional e ainda avaliar as ações propostas pelos autores pesquisados. A pesquisa realizada nortou-se na seguinte questão investigativa: Será que as salas de recursos multifuncionais estão atendendo os alunos com deficiência nas suas várias dimensões? E ainda será que os professores da Sala de Recursos Multifuncionais possuem a formação necessária para realizar este atendimento?

Para subsidiar a pesquisa foram selecionadas produções científicas que pudessem responder as questões norteadoras dessa pesquisa e possibilitar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, publicadas no recorte temporal de 2008 a 2018. A revisão de literatura e o referencial teórico estudado subsidiaram a investigação e compreensão o processo de implantação e os desafios das SRM.

A pesquisa realizada foi de cunho bibliográfico, com abordagem qualitativa e de caráter exploratório, tendo em vista que estes aspectos metodológicos permitem uma análise descritiva e reflexiva da situação-problema observada. Pois, de acordo com Triviños (1987), “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 109)

Durante a revisão de literatura analisou-se trabalhos publicados no banco de dados de teses da CAPES, no período de 2008 à 2018 que discutiam a temática. Ao realizar o levantamento bibliográfico, foi necessário usar os seguintes critérios de exclusão: produções de autores estrangeiros; publicações que não tinham como eixo central a abordagem Salas de Recursos Multifuncionais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

No Brasil, foi instituído pelo MEC/SEESP nas escolas municipais e estaduais por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, um programa destinando a oferecer apoio técnico e financeiro dos sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

Durante o processo de inserção deste programa, que teve como foco a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais nas unidades de Educação Básica, por meio do Ministério da Educação.

Como primeira etapa foi organizado um Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, este tinha como objetivo informar aos sistemas de ensino sobre as ações deste Programa, instituído pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial/SEESP, para apoiar a organização do atendimento educacional especializado – AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular.

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino surgiu com objetivo de atender a necessidade histórica da educação brasileira, de promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização.

Esta ação veio como uma das medidas para propiciar a construção de políticas públicas inclusivas, de acesso aos serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade nas escolas regulares, procurando eliminar a discriminação e a segregação, superando o modelo de escolas e classes especiais.

Nessa perspectiva, os sistemas de ensino modificam sua organização, assegurando aos alunos público alvo da educação especial a matrícula nas classes comuns e a oferta do atendimento educacional especializado, previsto no projeto político pedagógico da escola. Pois a educação inclusiva é um direito assegurado na Constituição Federal para todos os alunos e a efetivação desse direito deve ser cumprido pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção. Assim, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais constitui uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo que possibilite garantir uma educação de qualidade.

3. SALA DE RECURSO, CONTEXTUALIZANDO ESTE ESPAÇO

De acordo com documentos do Ministério da Educação (MEC), o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SEESP nas escolas municipais e estaduais por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, foi regulamentado pelo inciso V do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº.2/2001. Este documento estabelece que as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos.

Ainda segundo as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos constitui serviços de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado. Alves (2006)

A sala de recursos é apontada por Oliveira, Gotti e Dutra (2006, p. 13):

Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

Portanto, as salas de recursos multifuncionais são ambientes que devem ser dotados de equipamentos especializados, materiais didáticos, e pedagógicos para que o aluno possa fazer usos, onde os mesmos vão auxiliar no processo de aprendizagem, e assim eliminando

barreiras que impedem a participação dos alunos em outras atividades fora da sala de recursos.

O documento do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2006, p. 15) estabelece que

dentre as atividades curriculares específicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais se destacam: o ensino de Libras, o sistema Braile e o Soroban, a comunicação alternativa. O enriquecimento curricular, dentre outros. Além do atendimento educacional especializado realizado em Sala de Recursos ou centros especializados, algumas atividades ou recursos devem ser disponibilizados dentro da própria classe comum, como por exemplo, os serviços de tradutor e interprete de Libras e a disponibilidade das ajudas técnicas assistivas, entre outros.

Nesse sentido, o atendimento educacional especializado não pode ser compreendido em momento algum como reforço escolar porque na sala de recursos os alunos desenvolvem habilidades e potencialidades e não ficam limitados apenas a aulas de reforço e além do mais não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula.

Alves (2006, p. 14) assevera que:

a sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular.

A autora segue afirmando que a sala de recursos, organizada com equipamentos adequados, e materiais qualificados, pode ser utilizada para atender as diversas necessidades educacionais especiais, desde que a mesma possua recursos necessários como equipamentos especializados, materiais pedagógicos e professores capacitados, ou seja, com formação para que o atendimento seja realizado de forma eficaz, diante disso é possível concluir que a sala de recursos é multifuncional porque ela tem a demanda para promover o atendimento sobre as diversas “deficiências” (Alves 2006).

Portanto a Sala de Recursos Multifuncional tem por finalidade atender pedagogicamente alunos com necessidades educativas especiais, suplementando e flexionando o Currículo do Ensino Regular, aferindo cada situação, recepcionando-os

individualmente ou em pequenos grupos, em sala de aula, dando apoio complementar aos professores e pais que lidam diretamente com as dificuldades de seus filhos.

Conforme está previsto na Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar oferta do AEE, prevendo na sua organização: I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos.

Para Mantoan (2006, p. 27),

[...] o atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral.

As Salas de Recursos Multifuncionais são classificadas em dois modelos a sala tipo I e a do tipo II, elas são assim denominadas conforme especificações técnicas dos itens que fazem parte da sua composição.

Figura 01- Sala Tipo

Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colméia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - sequência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Idéias
Mobiliários	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte:portal.mec.gov.br/.../9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos

Portanto estes são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, com a utilização de vários recursos e equipamentos, que buscam ter um novo olhar sobre o fazer pedagógico, buscando favorecer a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar de forma a atender as necessidades individuais dos alunos.

No ano de 2008, o Decreto nº 6.571 institui no, âmbito do FUNDEB, o duplo cômputo da matrícula dos alunos público alvo da educação especial, uma em classe comum da rede pública de ensino e outra no atendimento educacional especializado (AEE) na sala de recurso multifuncional da própria escola ou da escola mais próxima do aluno.

4. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

O termo Atendimento Educacional Especializado (AEE) inicia na política pública a partir da Constituição de 1988 no artigo 208. Este termo teve que ser entendido e assimilado, pois muitas vezes foi usado em semelhança a Educação Especial. Então o termo vem sendo construído no processo histórico de produção dos sentidos (MENDES; MALHEIRO, 2012). Assim,

a novidade do termo AEE na CF 1988 parece ter sido uma tentativa de substituir o termo “educação especial”, possivelmente com o intuito de demarcar a preferência pela escolarização nas escolas comum e não nas escolas e classes especiais, como era costume na época. Portanto, o “atendimento educacional especializado” pareceu ser aquilo que a “educação especial” não era, logo, eram antônimos (MENDES, MALHEIRO, 2012, p.351).

De acordo com o SEESP /MEC (2008), o AEE é um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. A resolução 04/2009 art. 2º, estabelece que:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

5. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS

O professor que atuará na SRM deverá ter formação na área de educação especial, observada a prioridade conferida ao docente habilitado. A Resolução CNE/CEB n.4/2009, no seu artigo 12 afirma que “[...] o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial”.

De acordo com a Resolução nº 2, de 11 de Setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. No artigo 18 parágrafo 2º são considerados professores especializados em educação especial aqueles que:

Desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de

flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos e práticas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

No parágrafo 3º os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

- I- Formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;
- II- Complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

A legislação em pauta prevê a formação do profissional da educação para este atendimento: na Resolução nº4, de 2 de Outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. “Artigo 12: Para atuar no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”. Certo é que a preocupação é atender da melhor forma às pessoas com necessidades especiais que necessitem da SRM para acrescentar no seu desenvolvimento.

6. O QUE DIZEM ALGUMAS PESQUISAS

A partir de sua implantação, as SRM vêm sendo alvo de várias produções acadêmicas em pesquisas realizadas nos mais diversos contextos brasileiros. De acordo com o banco de dados de teses da CAPES, no período de 2008 à 2018, constam pesquisas realizadas tendo como foco as diferentes facetas do AEE no âmbito das SRM, como nosso enfoque de pesquisa está relacionado com os desafios para implantação, funcionamento e ações desenvolvidas no âmbito das SRM, fizemos a seleção de alguns trabalhos que trabalham com estas categorias para serem analisados, tais como: caracterização e execução (Chiesa, 2009); análise do funcionamento da SRM (Oliveira, 2008; Barreto, 2009, Luna, 2015); ações ou práticas pedagógicas desenvolvidas (Silva, 2009).

Com relação a caracterização e execução em sua pesquisa desenvolvida no município de Pelotas – Rio Grande do Sul, Chiesa (2009) constatou a existência de SRM em escolas pólos com o objetivo de atender a demanda das escolas do entorno do pólo, sendo que uma das SRM encontrava se localizada em um centro especializado as crianças com deficiência.

Com relação aos turnos de atendimento, as SRM funcionavam nos três turnos inclusive atendendo os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno. Os professores do AEE das referidas salas eram formados por meio de programas do governo federal. O encaminhamento do aluno era realizado primeiramente pelo professor regente da turma, que preenchia um questionário especificando o motivo que o aluno precisava do atendimento, o orientador educacional da escola preenchia uma ficha para acompanhar o encaminhamento do professor, em seguida o processo era enviado para o órgão gestor da educação especial do município para que este solicitasse a avaliação do aluno, após a avaliação o órgão gestor do município encaminhava o aluno para o atendimento na SRM.

Em sua pesquisa desenvolvida no estado do Paraná, Barreto (2009) constatou que o atendimento Pedagógico das SRMs era realizado individualmente ou em pequenos grupos (no máximo de 10 alunos) dependendo da dificuldade apresentada por cada aluno. As professoras organizavam cronogramas de atendimento de acordo com o desenvolvimento dos alunos. As intervenções eram planejadas utilizando uma programação específica de acordo com as dificuldades do aluno ou do grupo a ser atendido, sendo observados métodos, estratégias e atividades diversificadas para o atendimento. Os encontros aconteciam nos turnos matutinos e vespertino, sendo que no turno vespertino a supervisora não acompanhava as atividades e no turno matutino a supervisora realizava um acompanhamento esporádico. A pesquisa ainda constatou que em algumas escolas este serviço era o único responsável pela escolarização dos alunos.

Em sua pesquisa desenvolvida em escolas de São Paulo, Oliveira (2008) evidenciou que havia nesses espaços a descaracterização do ensino sob anuência de um modelo médico e diagnóstico. De acordo com a pesquisadora os atendimentos eram realizados em grupos de seis alunos que frequentavam a sala de uma a quatro vezes por semana. O público alvo possuía diversas características como deficiência, defasagens pedagógicas e ou psicológicas. Mesmo possuindo documentos individuais o qual correspondia ao planejamento elaborado em conjuntamente com a direção, coordenação, professor da sala de recurso e professor da sala comum, os registros eram realizados de forma comum para todos os alunos atendidos. Estes destacavam o desenvolvimento de habilidades psicomotoras, tais como lateralidade e coordenação motora fina e uma proposta voltada para a alfabetização (leitura e escrita).

Em sua pesquisa realizada na cidade de Brasília, Silva (2009) enfatizou a utilização de atividades lúdicas com a preocupação com o desenvolvimento das habilidades dos alunos. Apesar do uso de atividades rotineiras, era dado um enfoque ao prazer da realização das atividades. A pesquisadora ressaltou que a maioria das crianças atendidas não possuíam planejamento a longo prazo, e as atividades desenvolvidas na maioria das vezes eram somente para ocupar o tempo. O espaço da SRM não era inapropriado, o atendimento era realizado em uma mesa para o tamanho de crianças da Educação Infantil.

Na pesquisa de Luna (2015) desenvolvida no município de Jequié – BA, os atendimentos são oferecidos atualmente através das salas de recursos multifuncionais, com um número de 14 salas; Um Centro de Apoio Pedagógico Estadual e através das ONGs conveniadas (APAE, AJECE, CEEJ). Ficando evidente a existência de um espaço privilegiado nas escolas inclusivas de atendimento educacional especializado dos estudantes com deficiências e necessidades educacionais especiais matriculados na rede pública de ensino do município de Jequié, no entanto ainda verifica-se a presença ainda forte das instituições filantrópicas especializadas em deficiências (ONGs). Com relação a formação continuada verificou-se uma evolução na oferta de cursos aos professores pelo município, com a formação em nível de especialização estes tem ocorrido na forma de EAD. Essa modalidade de ensino teria sido a mais viável para os professores do município. Quanto a questão da organização do tempo, turnos e horários nos ambientes destinados a este serviço de apoio, foi revelado que: É organizado a partir do atendimento em turno oposto e com a oferta de 2 horas para cada aluno duas vezes por semana, sendo distribuídos nos turnos matutino e vespertino.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, as pesquisas analisadas foram realizadas em mais de uma sala de recurso de mais de uma escola, sem no entanto abrangerem a totalidade da rede de ensino. A maioria das salas encontrava-se localizadas dentro das escolas regulares, sendo atendidos alunos da própria escola e das escolas do entorno, sendo este atendimento realizado no contraturno do aluno, vale destacar que uma pesquisa apontou o atendimento de alunos da EJA. Com relação à formação dos professores todas as pesquisas apontam por uma formação de acordo com a política do AEE, existindo uma preocupação com a formação continuada destes profissionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado / elaboração** Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, DOU, 5/10/1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996**, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, MEC.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília; MEC, SEESP, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Brasília-DF: CNE/CEB, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BARRETO, L. C. D. **Sala de recursos: um estudo da aprendizagem da leitura por alunos com dificuldades escolares**. 2008. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá.

CHEISA, M. **Implantação do atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino de Pelotas sob a perspectiva da educação ambiental**. 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande.

LUNA, Christiane Freitas. **Sala de Recursos Multifuncionais (SRM): uma política pública em ação no Sudoeste Baiano**. 2015 - Universidade Federal da Bahia.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna: 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves; MALHEIRO Cícera A. Lima. **Sala de Recursos Multifuncionais: é possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado?** In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

OLIVEIRA, Denise Alves; GOTTI, Claudia Maffini, DUTRA, Claudia Pereira. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

OLIVEIRA, M. A. de O. **Educação Inclusiva:** uma análise crítica da prática pedagógica de uma professora da sala de recursos. Bauru: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2008.

SILVA, R. G. da. **O professor especialista da sala de recursos multifuncionais e a qualidade na educação infantil:** uma aproximação possível. 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo-SP: Atlas, 1987. 175 p.